

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

Pelo presente instrumento de procuração o(s) Outorgante(s) confere(m) poderes ao(s) Outorgado(s) na forma a seguir:

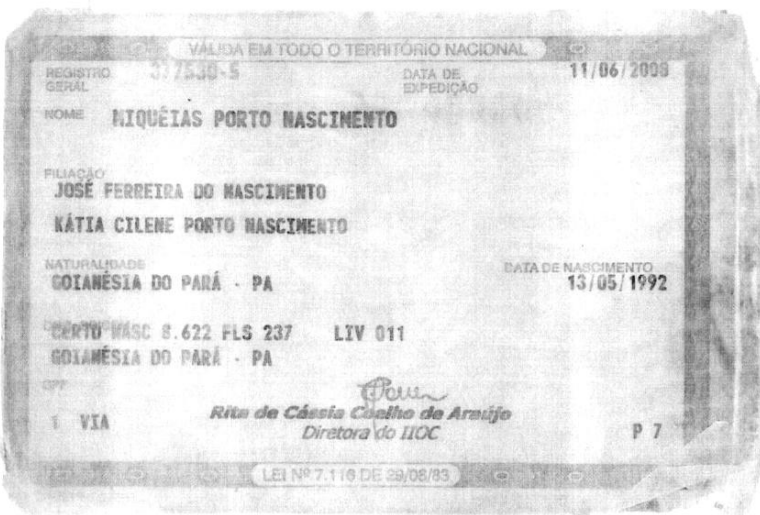
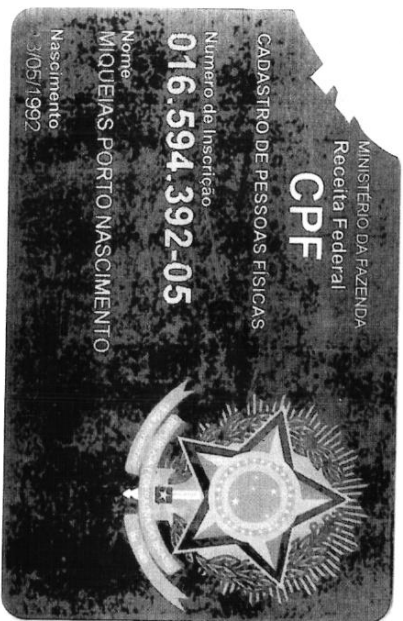
OUTORGANTE: Maquias Porto Nascimento
brasileira, divorciado, auxiliar administrativo portador do
Rg: 377530-5 SSP/ PA e CPF: 036.594.392-05
residente e domiciliado na Rua: Maria Martins Vieira, nº 2100,
Bairro: Equatorial, Boa Vista-RR

OUTORGADO: DULCEMARY CARDOSO DA SILVA, brasileira, solteira,
advogada, inscrita na OAB/RR sob o nº 306-B, com escritório profissional situado á
Rua: Dom José Nepote, nº1055, Bairro: São Francisco, Boa Vista/RR, CEP: 69.305-
070, Fone: (95) 9119-4878, onde deverão ser entregues as correspondências forenses.

PODERES: Para **FORO EM GERAL** confere amplos e gerais poderes, com a
Cláusula **AD JUDICIA ET EXTRA** em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo
propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrarias,
seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-
os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência
de pedido renunciar direito a que se funda a ação, desistir, assinar tudo quanto se tornar
necessário, praticar e opinar sobre todos os atos do processo, transigir em juízo ou fora
dele, fazer acordos, firmar compromisso judiciais ou extrajudiciais, receber, dar
quitação, bem como os poderes previstos na parte final do art. 38 do CPC, propor
AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT EM DESFAVOR DA
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, receber
alvará e levantar importância em nome do Outorgante em qualquer agência
Bancária referente a presente proposta.

Boa Vista-RR, 17 de 09 de 2018.

Maquias Porto Nascimento
OUTORGANTE





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 015218/2018-A01

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 20/04/2018 09:05 Data/Hora Fim: 20/04/2018 09:13
Origem: Polícia Militar Nº do Documento: ROP PM SERIE J Nº 808550 Data: 09/04/2018
Delegado de Polícia: Fernando Edson Olegario Gomes

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 4º Distrito Policial

Data/Hora do Fato: 09/04/2018 09:55

Local do Fato

Município: Boa Vista (RR)

Bairro: Santa Luzia

Logradouro: Av. Ataíde Teive c/ Rua Julieta Pereira de Melo

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1093: Acidente de trânsito sem vítima - Outros	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome: MIQUEIAS PORTO NASCIMENTO (ITEM 2) (ENVOLVIDO)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Idade: 25

Profissão: Auxiliar Administrativo

Estado Civil: Divorciado(a)

Raça/Cor: Sem Informação

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 3775305

Endereço

Município: Boa Vista - RR

Logradouro: Rua: Maria Martins Vieira

Nº: 2100

Bairro: Jardim Equatorial

Telefone: (95) 99121-6180 (Celular)

Nome: JOÃO BATISTA DE SOUZ PEDROZA (ITEM 1) (ENVOLVIDO)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Idade: 48

Profissão: Comerciante

Estado Civil: Casado(a)

Raça/Cor: Sem Informação

Documento(s)

Endereço

Município: Boa Vista - RR

Logradouro: Rua Cerejeira

Nº: 402

Bairro: Paraviana

**DOCUMENTO
ORIGINAL**

Razão Social: POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA (COMUNICANTE)

Ramo de Atuação: Órgão público

Endereço



Delegado de Polícia Civil: Fernando Edson Olegario Gomes
Impresso por: Maria Selma Melo de Almeida
Data de Impressão: 20/04/2018 09:14
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

04 JUL. 2018

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 015218/2018-A01

Município: Boa Vista - RR

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Placa NAN1992	Número do Chassi 9C2KC1670CR482455
Ano/Modelo Fabricação 2012/2012	Cor VERMELHA
UF Veículo Roraima	Município Veículo Boa Vista
Marca/Modelo HONDA/CG 150 FAN ESI	Modelo HONDA/CG 150 FAN ESI
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido	

Nome Envolvido**Envolvimentos**

Miqueias Porto Nascimento (Item 2)

Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Senhor delegado, segundo o ROP 808550, fomos acionados via CIOPS par atender uma ocorrência de Transito no endereço acima descrito. No Local encontramos o veículo 1, que segundo informações de populares, o veículo 2 tinha sido removido para um comercio, proximo ao local da colisão, com autorização do condutor. Que foi localizada a motocicleta envolvida no acidente, nos fundo de um comércio, na Av. Ataíde Teive 8915 (panificadora Coffee). Segundo foi constatado, o item 1 trafegava no endereço citado acima quando na conversão a esquerda foi colidido na lateral esquerda pelo veículo 2. Que o condutor do veículo 2, MIQUEÍAS PORTO NASCIMENTO era condutor da motocicleta supracitada, de propriedade de JHONMARA ALVES DE CARVALHO; QUE MIQUEÍAS e a passageira Jhomara Alves de Carvalho foram levados ao PSE, pelo Samu, com diversas escoriações. Que o condutor do veículo 2 foi autuado por dirigir sem possuir CNH e o veículo removido ao Detran. Que o veículo 1 ficou sob responsabilidade do próprio condutor. É o relato.

ASSINATURAS

Maria Selma Melo de Almeida
Agente de Polícia Civil

Mat. 042000213

Maria Selma Melo de Almeida
Responsável pelo Atendimento

POLICIA MILITAR DE RORAIMA
(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e o(a) cliente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



DOCUMENTO
ORIGINAL

04 JUL. 2018

64

GRANDE TRAUMA



164587

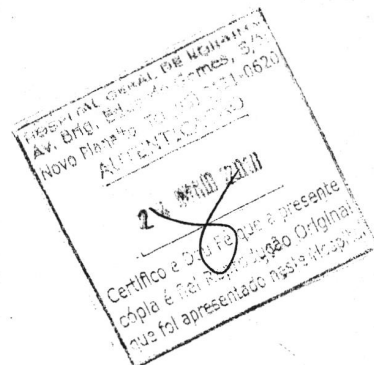
09.04.20 * Ultrapassado


Paciente com FX / LX de tornozelo (D)

CD: Ruptura Ligamento da Lateralização

+ Contribui com o Bloco

Fernando Rezende
PRM Ortopedia e Traumatologia
CRM-RR 2007



 SUS	Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE ATORRELAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR											
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE														
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE														
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE														
2 - CNES														
4 - CNES														
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE														
5 - NOME DO PACIENTE <i>Miguel Porto Nascimento</i>														
6 - N° DO PRONTUÁRIO <i>11</i>														
7 - DATA DE NASCIMENTO <i>13/08/92</i>														
8 - NOME DA MÃE OU DO RESPONSÁVEL <i>Katia Cilene Porto Nascimento</i>														
9 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO) <i>R. Maria Martins Vieira 2100 Equatorial</i>														
10 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <i>BO</i>														
11 - Cód. IBGE MUNICÍPIO <i>2100</i>														
12 - UF <i>PI</i>														
13 - CEP <i>64116-110</i>														
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO														
14 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>FX / Lx de Tornozelo (D)</i>														
15 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>Tumor de Cíngulo</i>														
16 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <i>Rx + Exame Físico</i>														
17 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO <i>Fratura e Luxação de Tornozelo (D)</i>														
18 - CID 10 PRINCIPAL <i>S60.01</i>														
19 - CID 10 SECUNDÁRIO <i>S60.02</i>														
20 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS <i>S60.03</i>														
PROCEDIMENTO SOLICITADO														
21 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Tumor de Cíngulo de Fratura e Luxação de Tornozelo (D)</i>														
22 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <i>86.22</i>														
23 - CLÍNICA <i>Auto para</i>														
24 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO <i>Auto para</i>														
25 - DOCUMENTO <i>() CNS () CPF</i>														
26 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <i>09/04/18</i>														
27 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <i>09/04/18</i>														
28 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO) <i>09/04/18</i>														
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)														
29 - ACIDENTE DE TRABALHO <i>34 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO</i>														
30 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO <i>35 - ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO</i>														
31 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA <i>() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEQUERADO</i>														
32 - CNPJ DA SEGURADORA														
33 - CNPJ EMPRESA														
34 - CNAE DA EMPRESA														
35 - CBOR														
AUTORIZAÇÃO														
36 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR														
37 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR														
38 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR														
39 - DOCUMENTO <i>() CNS () CPF</i>														
40 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR														
41 - DATA DA AUTORIZAÇÃO														
42 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)														



GOVERNO DO RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"
COORDENAÇÃO GERAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

NOME:

Wagner Rossetti

RECEITUÁRIO

FST 12 meses

Genio ADM

HNZ D

Dr. Iderson P. Silva
Tratamento e Ortopedia
CRM: 1759

DATA / /

Assinatura e Carimbo

CLÍNICA ESPECIALIZADA CORONEL MOTA
Rua Coronel Pinto, 636 - Centro-Boa Vista RR
CEP: 69.301-150 - CNPJ 04.013.400/0001-90



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"
COORDENAÇÃO GERAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

NOME: Niquines Zito Vasconcelos RECEITÁRIO 26a

laudo

Pet com \pm 80 dias fatura
de tenosilo, sob tto consurador
sendo acompanhado regular-
mente amb. ortopedico
+ fisioterapia
deambulando com dificuldade

Ao Zito sigio 60 dias
S82.5

DATA 12/06/18

Dr. Alderson P. Silva
Médico
Ortopedia e Traumatologia
CRM 4733
Assinatura e Carimbo

CLÍNICA ESPECIALIZADA CORONEL MOTA
Rua Coronel Pinho, 636 - Centro-Bom Vista RR
CEP: 69.301-150 - CNPJ 04.013.498/0001-90



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
NÚCLEO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO FÍSICA 05 DE OUTUBRO

DECLARAÇÃO

A pedido do paciente, declaramos para os devidos fins que, **MIQUEIAS PORTO NASCIMENTO**, iniciou tratamento fisioterapêutico nesta unidade em 17/09/2018. O paciente foi encaminhado para a fisioterapia devido a diagnóstico médico de fratura de fíbula e luxação da tíbia D.

Em sua avaliação inicial apresentou-se deambulando livremente, claudicando com o MI D. Apresentou quadro algico moderado com edema moderado, dor à mobilização ativa do tornozelo D, ADM levemente restrita e dor a palpação dos metatarsos e falanges proximais.

Neste momento, o paciente realizou quatro (04) sessões de doze (12) previstas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para quaisquer necessidades e informações.

Boa Vista - RR, 04 de Outubro de 2018.

Michele Hypólito Thomé
Fisioterapeuta
CREFTO 12 - 169958



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"
COORDENAÇÃO GERAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

NOME:

Miguelito Carlos Vasquez

RECETUÁRIO

laudo

*Pct com fratura de
tornozelo sob acompanha-
mento há \pm 5 meses
sob tto acompanhamento
regime acompanhamento
ortopedico e fisioterapia
dificuldade de deambular*

S8Z.S

DATA

20/09/18

Dr. Iderson P. Silva
Médico
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RR 1733 RQE 676

Assinatura e Carimbo

20 de Setembro de 2018

UNIDADE ESPECIALIZADA COORDENADORIA MQTA
Rua Coronel Pinho, 536 - Centro-Boa Vista RR
CEP: 69.301-450 - CNPJ 04.013.400/0001-90

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Miquias Porto Nascimento, nacionalidade:
brasileira, estado civil: divorciado,
profissão: auxiliar administrativo, portador(a) do RG nº
377530-5 e CPF nº 016.594.392-05,
residente e domiciliado(a) à
Rua: Maria Martins Vieira, nº 2100,
bairro: Equatorial, DECLARO, para todos os
fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de
arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem
prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando,
portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e
seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil).
Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do
processo.

Boa Vista-RR, 17 / 09 / 18.

Miquias Porto Nascimento

TRABALHADOR

Esta é a sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº. 5.452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: www.mte.gov.br



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 165.49810.90-7

NÚMERO 4290896 SÉRIE 003-0 UF RR

Miqueias Porto Nascimento

ASSINATURA DO TITULAR



POLEGAR DIREITO



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



MIQUEIAS PORTO NASCIMENTO

FILIAÇÃO.....: JOSE FERRERA DO NASCIMENTO
KATIA CILENE PORTO NASCIMENTO
NASCIMENTO.....: 13/05/1992 SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO
NATURALIDADE: GOIÂNÉSIA DO PARÁ - PA
DOCUMENTO.....: C I 3775305 11/06/2008 SESP RR
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
CPF: 016.594.392-05
TIT. ELEITOR:
ZONA:
CNH:
SEÇÃO:
LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/RR - 04/05/2010

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO.....
DATA DE NASC. DE / / PARA / /
DOCUMENTO.....
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

NOME.....
DOCUMENTO.....
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

NOME.....
DOCUMENTO.....
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

NOME.....
DOCUMENTO.....
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

LEGENDA
A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

EMPREGADOR: WERCSO PORTO NASCIMENTO
CEI: 5123722614/85
ENDEREÇO: PRAÇA CENTRO CIVICO Nº, S/N
BAIRRO: CENTRO CEP: 69.360-000
ESP. ESTABELECIMENTO: CULTIVO DE HORTALICAS
CARACARAI - RR
FUNÇÃO: SERVIÇOS GERAIS

DATA DE ADMISSÃO 15 DE MARÇO DE 2018
REGISTRO Nº 01 FLS. / FICHA 01
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA R\$ 1.000,00 (um mil
e nada p/mês)
Ass. DO EMPREGADOR OU A ROSTO O TESTEMUNHA
Wercon Porto Nascimento

DATA DE SAÍDA DE DE
Ass. DO EMPREGADOR OU A ROSTO O TESTEMUNHA

COM. DISPENSA CD Nº
FGTS Nº DA CONTA:

10

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR
CGC/CPF/CEI
ENDEREÇO
MUNICÍPIO UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO
CARGO
CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE
REGISTRO Nº FLS. / FICHA
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA
Ass. DO EMPREGADOR OU A ROSTO O TESTEMUNHA

DATA DE SAÍDA DE DE
Ass. DO EMPREGADOR OU A ROSTO O TESTEMUNHA

COM. DISPENSA CD Nº
FGTS Nº DA CONTA:

11



Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: MIQUEIAS PORTO NASCIMENTO

Nº Sinistro: 3180314390

Vítima: MIQUEIAS PORTO NASCIMENTO

Data do Acidente: 09/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador ILOIR INACIO DE SOUZA

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180314390**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **09/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Eletrobras
Distribuição Roraima

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

0102736-0

000371176

Endereço: Distribuição Roraima

Av. Capitão Ene Garcez 691 - Centro - Boa Vista - RR

Cidade: Boa Vista

Código de Barras: 000371176

Registro: 08/03/2018

MARCO/2018

16/04/2018

821

493,44

KATIA CILENE SILVA PORTO
R. MARIA MARTINS VIEIRA 2100 EQUATORIAL
CPF: 00036367931287
CEP: 69.317-340 - BOA VISTA

ROT: 30.001.21.09.002500

DADOS DA LEITURA	KWh	KVAh	DADOS DA LEITURA
Atual	36814		08/03/2018
Anterior	35993		07/02/2018
Constante de Multiplicação	1,000		08/04/2018
Consumo Médio	821		07/03/2018
Consumo Estimado	821	FCAM	08/03/2018
			29

NORMAL

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

RESIDENCIAL BI 2901543 M 1402209 1.1.1.2 731

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO	VALOR
FEV/18 943	CONSUMO 821 A R\$ 0,570386 =	468,28
JAN/18 756	ILUMINACAO PUBLICA	25,16
DEZ/17 1135		
NOV/17 935		
OUT/17 672		
SET/17 897		
AGO/17 575		
JUL/17 492		
JUN/17 468		
MAI/17 636		

LIGUE 08007019120 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26
Parabéns! Até o dia 07/03/2018, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.

D5D7.D70D.6A94.85EC.A6B2.21D1.5755.4976

RESERVADO AO FISCO

COMPOSIÇÃO DA FATURA	IMPOSTOS E TRIBUTOS
Distribuição: 225,01	Base de Cálculo: 17,00%
Energia: 0,00	Alíquota ICMS: 79,60
Transmissão: 9,37	Valor ICMS: 2,58
Emissão: 93,26	Valor do IPI: 11,08

INDICADORES DE CONTINUIDADE

0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
0,00 0,00 0,00

01/2018 0,00

ROT: 30.001.21.09.002500

Eletrobras
Distribuição Roraima

Av. Capitão Ene Garcez 691 - Centro - Boa Vista - RR

0102736-0

493,44

03/2018

16/04/2018

000371176 FCAM

83650000004 4 93440075000 6 00000000102 4 73600318008 9



SEQ.: 00054 UC: 0102736-0 DT.LEIT.: 08/03/2018 T. FATT

TURA: 36814 NORMAL TOTAL: 400

DT.VENC.: 16/04/2018

Dra. Dulcemary C. da Silva
OAB/RR 306-B

**Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da _____
Vara Cível desta Comarca de Boa Vista/RR.**

MIQUÉIAS PORTO NASCIMENTO brasileiro.

divorciado, auxiliar administrativo, portador da Cédula de Identidade nº 377530-5, expedida pela SSP/PA e CPF nº 016.594.392-05, residente e domiciliado na Rua Maria Martins Vieira, nº 2.100, Bairro Equatorial, Boa Vista/RR, CEP 69.000-000, Celular(whatsApp) (095) 99156 0536 e-mail: miquéias.porto2015@gmail.com legalmente representado por sua procuradora que esta subscreve (m.j.) com escritório profissional constante no rodapé, onde receberá as comunicações de estilo, vem a íncrita presença de Vossa Excelência para propor **AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA** em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09248608/0001-04, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-201, apta a receber a citação da presente eletronicamente, on-line, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Rua Dom José Nepot, 1.055 – Bairro São Francisco – CEP 69.305-070 – Boa Vista – RR
Fone (WatsApp): (095) 991194878

Dra. Dulcemary C. da Silva
OAB /RR 306-B

1- Dos Fatos

No dia 09/04/2016, aproximadamente às 09:55 hs, o proponente trafegava pela Av. Ataíde Teive, Boa Vista/RR, conduzindo a motocicleta Honda/CG-150 FAN, placa NAN 1992, cor vermelha, chassi 9C2KC1670CR482455, de propriedade de Jhonmara Alves de Carvalho, quando ao fazer uma conversão a esquerda na Rua Julieta Pereira de Melo, foi colidido na lateral pelo veículo conduzido por João Batista de Souza Pedroza, devido a colisão teve lesões graves, conforme ficha de atendimento hospitalar (doc. anexo). Foi Socorrida pelo SAMU.

Em razão do referido sinistro restou o proponente ***com fratura de perna e tornozelo direitos com processo cirúrgico***, devidamente atestado na Ficha de Atendimento Hospitalar (doc. anexo).

Portanto, dúvidas não restam quanto à invalidez do proponente, via de consequência, o seu direito à percepção da competente indenização, decorrente do Seguro Obrigatório do sistema DPVAT, a Lei nº 11.945/2009 (fruto da conversão da MP nº 451/2008), dispõe que as lesões diretamente decorrentes de acidente e não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, são classificadas invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

Quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela da citada Lei, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura.

Dra. Dulcemary C. da Silva
OAB /RR 306-B

Quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no artigo 31 da Lei nº 11.945/2009.

2- Da Indenização

Em decorrência do acidente de trânsito ocorrido no dia 09/04/2016, resultou o proponente *com fratura de perna e tornozelo direitos com processo cirúrgico*, devidamente atestado na Ficha de Atendimento Hospitalar (doc. anexo).

No entanto, deixou a seguradora requerida de promover o pagamento do seguro no valor que lhe é devido, nos termos prescritos nas aludidas normas, em face da caracterização da **Invalidez Permanente**.

No mesmo sentido vem o entendimento jurisprudencial, vejamos.

TJ-RS - Apelação Cível AC 70058938184 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 10/04/2014

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. *Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194 /74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945 /2009, julgada improcedente na origem. Com a edição da Medida Provisória nº 451 /2008, convertida posteriormente na Lei nº*

Dra. Dulcemary C. da Silva
OAB/RR 306-B

11.945 /2009, passou a ser obrigatória a graduação da invalidez das vítimas que pretendem perceber o prêmio do seguro obrigatório DPVAT. Essa também é a exegese do recente enunciado sumular nº 474 do Superior Tribunal de Justiça. No caso, como o acidente automobilístico ocorreu em 31.08.2012 e havendo prova da invalidez permanente, mas parcial, deverá ser graduada a invalidez do autor, observada a tabela de graduação, mesmo que o acidente tivesse ocorrido antes da vigência da Lei nº 11.945 /2009, mostrando-se necessária a produção de prova pericial médica. Destarte, necessária a produção de prova pericial médica, a fim de aferir o grau de invalidez suportado pelo autor, consoante o disposto na Súmula nº 474 do egrégio STJ. Precedentes do egrégio STJ e do TJRS. APELAÇÃO PROVIDA. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. (Apelação Cível Nº 70058938184, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em 03/04/2014) (grifo nosso)

Conforme se vê, é legalmente assegurado a proponente o direito ao recebimento do prêmio decorrente do seguro obrigatório.

Assim, entende o autor que faz jus ao pagamento do prêmio segurado, decorrente do sinistro sofrido, esclarece que pleiteou administrativamente a indenização NADA recebeu, vez que havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização e havendo prova da invalidez permanente, mas parcial, seja completa ou incompleta, deverá ser graduada, observada a tabela de graduação. Destarte, **necessária a produção de prova pericial médica, a fim de aferir o grau de invalidez suportado pelo autor e assim apontar o valor devido**, entretanto, entende o autor que em razão do sinistro, devida é a indenização, *in casu* no patamar de R\$ 9.450,00

Dra. Dulcemary C. da Silva
OAB/RR 306-B

(nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), esclarece que NADA recebeu, resta, portanto, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, deverá ser devidamente atualizado, acrescido de juros legais até a data do pagamento.

3- Da Resistência da Seguradora em satisfazer a obrigação

Entretanto, apesar da obrigação legal e da responsabilidade civil decorrente, a seguradora promovida não satisfaz a obrigação em sua totalidade e contrário a determinação legal vem criando obstáculos, dificultando ao proponente a consecução integral do seguro, não restando outra alternativa senão a presente ação para compeli-la a satisfação total da obrigação, vez que o proponente faz jus a correspondente indenização em face do sinistro ocorrido e no valor estabelecido pela legislação pertinente e não honrado pela seguradora promovida.

Em tempo informa que foi pleiteado o benefício administrativamente, com a promovida cumprindo parcialmente a obrigação, restando claro a sua resistência em atender a determinação legal.

4- Do Requerimento

Em tais condições, **REQUER** a Vossa Excelência:

Que se digne mandar citar a ré, na pessoa de seu representante legal, para, caso queira, responder aos termos desta ação, sob pena de revelia:

Sejam concedidos os benefícios da Assistência Gratuita, assegurados pelo art. 5º, LXXIV da Constituição Federal e pela Lei nº 13.105/2015, art. 98, por se tratar pessoa sem condições de arcar com despesas e custas judiciais e honorários advocatícios, senão em prejuízo do próprio sustento e de sua família, vez que se encontra desempregado, neste sentido junta-se declaração de hipossuficiência;

Dra. Dulcemary C. da Silva
OAB/RR 306-B

Requer, se for do entendimento de Vossa Excelência, seja realizado o julgamento antecipado da lide (ex-vi do art. 355, I do NCPC), assim não comungando Vossa Excelência, seja pela produção de provas para apurar o grau da lesão, via de consequência, a respectiva indenização, **seja a presente ação julgada totalmente procedente, com a condenação da promovida ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais, acrescido de juros e correção monetária até a data do respectivo pagamento, para fins e propósitos acima indicados seja a requerida intimada a quitar o débito dos requerentes procedente para fins e propósitos acima indicados e seja a requerida intimada a quitar o débito.**

Requer, também, com à aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.

Por fim, solicita que se proceda a citação via on-line.

Quanto ao julgamento, protesta o autor por todos os meios de provas em direitos admitidas, depoimento pessoal do representante legal da promovida, pena de confesso, oitiva de testemunhas, perícias e outras.

Dá-se a causa o valor de R\$ 9.450,00.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Boa Vista/RR, 24 de janeiro de 2.019

Dulcemary Cardoso da Silva
OAB/RR 306-L